

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Astúcias do povo-de-santo pelas ruas de Salvador

Iris Verena Santos de Oliveira*

Resumo:

Este texto trata dos percursos percorridos pelos adeptos do candomblé na cidade de Salvador durante as primeiras décadas do século XX.

Palavras-chaves: candomblé, cidade, Salvador.

Resume:

Ce texte traite principalement de l'analyse des parcours suivis par les adeptes du Candomblé dans la ville de Salvador pendant les premières décennies du XXème siècle.

Mots-Clés: candomblé, ville, Salvador.

As imagens que representam a Bahia pelo Brasil e até mesmo para outros países são cercadas de referências a cultura afro-brasileira. Geralmente quando informo que sou baiana, pessoas de outras regiões do país fazem questionamentos em relação a capoeira, carnaval ou comentários sobre o acarajé ou o candomblé. Estes símbolos que compõem uma imagem acerca da Bahia alimentam a idéia de um paraíso racial, dando um falso panorama de harmonia que esconde os diversos embates protagonizados por afro-descendentes para a manutenção de seus costumes.

Através dos cartões postais é difícil entrever que os capoeiras eram *a priori* tidos como desordeiros e vagabundos, ou que as comidas vendidas pelas negras em suas gamelas foram condenadas por diversas posturas municipais, ou ainda que as obrigações religiosas realizadas para atender aos orixás, inquices, vunduns, eguns e caboclos eram caso de polícia. O mais surpreendente é que essas leituras preconceituosas acerca das práticas afro-brasileiras eram explicitamente declaradas há pouco tempo, na primeira metade do século XX, como é possível identificar em inúmeras matérias dos jornais da época.

No entanto, para entender melhor essa história é preciso recuar um pouco mais no tempo, para o momento em que os africanos chegaram na condição de escravos à Bahia inicialmente advindos da Guiné, Angola e Congo, regiões que por motivos diversos foram preteridas a partir do século XVII em relação a Costa da Mina, localidade de origem de um grande número de cativos, hoje denominada República Popular do Benim. (Verger, 1987) A

* Mestranda em História Social, Universidade Federal do Ceará. Agência Financiadora: CAPES.

indicação da procedência dos africanos é premente, uma vez que elucida as matrizes étnicas que compuseram as diversas práticas culturais e religiosas afro-brasileiras.

Já no século XIX esboçavam-se práticas religiosas sob o comando de africanos e mestiços, denominadas calundus, inicialmente fundamentadas em práticas de cura e adivinhação que foram se tornando mais complexas e dinâmicas e se organizaram em incipientes congregações religiosas (PARES, 2006:118). Naquele século as autoridades já divergiam quanto a forma de lidar com a religiosidade de escravos e libertos. Ao tratar da invasão do candomblé de Accú em 1829, por exemplo, João José Reis verificou que a batida policial foi ordenada pelo juiz de paz da Freguesia de Brotas, no entanto após a queixa do liberto Joaquim Batista aquela decisão foi questionada pelo então presidente da província José Gordilho de Barbuda. (REIS, 1989:35)

Mas é para o século XX que se volta o foco deste trabalho, momento fortemente marcado pelas reformas urbanas que, no Brasil se iniciaram no Rio de Janeiro e em dimensões diferentes foram realizadas em diversas capitais do país. Em Salvador, o processo de modernização da cidade foi iniciado pelo governador da Bahia Joaquim José Seabra, notadamente no seu primeiro mandato entre 1912 e 1916. Como em outros estados a urbanização não visava apenas a modificação da aparência física da cidade, os costumes da população também foram confrontados com as referências de modernidade.

A urbanização de Salvador teve como alvo principal os costumes relacionados aos africanos e seus descendentes. A capital baiana que tinha recebido um dos maiores contingentes de cativos durante a escravidão resistiu enquanto pôde as idéias abolicionistas, mas se via no início do século XX apinhada de negros reunidos nas docas do porto, mercando objetos e comidas diversas pelas ruas e ladeiras da cidade. A imprensa soteropolitana¹ relatava freqüentemente hábitos destes moradores que dava a Salvador ares de uma “aldeia africana”. Uma leitura da África que lhe colocava na contra-mão das idéias de modernização, tal como era entendida naquele contexto. (REIS, 2000, p.88). Diante disso, eram perseguidos cotidianamente os capoeiras que se reuniam no Terreiro de Jesus e em outras partes da cidade, os sambistas que cantavam e dançavam no mercado modelo, assim como pais, mães e filhos-de-santo.

Em se tratando dos adeptos do candomblé a ação implementada pela polícia através da Delegacia de Jogos e Costumes era respaldada pelo Código Penal de 1890, principalmente em seu artigo 157 que condenava a prática do “espiritismo, a magia e seus sortilégios, usar de talismã e cartomancias para despertar sentimento de ódio e amor, inculcar

¹ Soteropolitano (a): Aquele (a) que nasce na cidade de Salvador.

cura de moléstias curáveis ou incuráveis, enfim para fascinar e subjugar a credulidade pública”. O que poderia levar a pena de um a seis meses e multa de 100\$ a 500\$000.(MAGGIE, 1988: 3-4)

Em face deste dispositivo legal, nas primeiras décadas do século XX os adeptos do candomblé protagonizaram momentos difíceis diante das invasões de policiais nos terreiros, prisões de sacerdotes e outros envolvidos, apreensão de objetos sagrados e até mesmo processos judiciais.

A repressão policial como um componente da resistência da sociedade contra a presença de valores culturais diferenciados do ideal do padrão ocidental foi, seguramente, um dos mais difíceis obstáculos a serem superados pela comunidade religiosa negra, exigindo-lhe a utilização de diferentes estratégias que variavam do enfrentamento puro e simples, às mais diferentes formas de negociação contemporizadora. (BRAGA, 1995: 21-2).

Diante do exposto, este artigo tem como objetivo discutir os processos dinâmicos em que se envolveram mães, pais e filhos-de-santo na cidade de Salvador, durante as primeiras décadas do século XX, momento em que suas práticas religiosas eram condenadas. Não me resta dúvida quanto a efetiva luta do povo-de-santo pela manutenção de suas crenças e rituais, contudo acredito que entre o enfrentamento direto e a negociação houveram complexas maneiras de lidar com aquela situação tão adversa. Atitudes que pretendo analisar a luz de conceitos como os de tática e astúcia, na acepção que lhe atribui:

A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha. Não tem meios para se manter em si mesma, à distância numa posição recuada, de previsão e de convocação própria (...) Tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Ai vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia. (CERTAU, 2003: 100-1)

É sobre a astúcia dos adeptos do candomblé que pretendo tratar. Demonstrando que além da capacidade de negociação e resistência o povo-de-santo desenvolveu a habilidade da tática. Se utilizando - por exemplo – do clima de terror e mistério que a imprensa os envolvia num ambiente de segredo que, ao invés de afastar as pessoas dos terreiros, atraía. Com isso, não descarto as estratégias, de cunho mais organizado, como as que possibilitaram que pais, mães e filhos-de-santo escapassem de condenações judiciais, a despeito das inúmeras prisões que foram realizadas no período.

Durante as primeiras décadas do século XX, apesar das perseguições policiais aos candomblés foi possível encontrar registros que apontavam para outras relações entre a polícia e os adeptos do candomblé. Numa matéria, que se refere ao pai-de-santo Bernardino encontra-se a seguinte afirmação: ele “está sem ser encommodado pela polícia, mas encommodando a vizinhança”(Jornal A Tarde, 02/03/25). Outras são mais enfáticas, informando que a polícia “com um pouco de bôa vontade” (Jornal A Tarde, 30/04/25) acabaria com os candomblés. Nos periódicos encontrei ainda a seguinte declaração: “A polícia ignora ou fecha os olhos propositadamente” (Jornal A Tarde , 29/05/23). Ainda na mesma matéria encontra-se a seguinte informação: “até mesmo o candomblé conta com a mais larga e eficaz protecção da policia.”

Os trechos supracitados oferecem evidências de que as relações entre a polícia e o povo-de-santo não devem ser tratadas de maneira dicotômica. Mesmo porque, um grande número dessas autoridades policiais pertencia às camadas sociais mais pobres onde se verificavam práticas religiosas afro-brasileiras com maior freqüência.(BRAGA, 1995: 23). Em 1921, quando um grupo de adeptos do candomblé foi *preso* “declararam que aquilo era uma injustiça pois não acreditavam como a polícia perseguia os se um capitão da Brigada era também ‘ogan’ e na sua casa fazia batuques” (Jornal A Tarde, 16/08/21).

Por isso, é a capacidade do povo-de-santo de atuar a seu favor, ainda que de maneira não organizada ou previamente pensada, que me chama atenção. Já que o foco do trabalho de pesquisa em andamento são as diversas maneiras encontradas pelos adeptos do candomblé para constituir o espaço urbano, impregnando-o tacitamente de suas formas de viver e ver o mundo. Suponho que pais, mães e filhos-de-santo praticavam a cidade de Salvador de maneira singular durante as primeiras décadas do século XX, sacralizando regiões tidas como profanas pelos soteropolitanos que não freqüentavam os terreiros. Fenômeno com tamanha força que nos dias atuais, ainda que de maneira folclorizada, os cartões postais da cidade, se relacionam, em grande medida, com as religiões afro-brasileiras e às práticas culturais desenvolvidas por descendentes de africanos.

“Paira em tudo um mystério...”

Por mais contraditória que possa parecer esta afirmação é possível dizer que a imprensa baiana foi um importante veículo de propaganda para os terreiros de candomblé nas primeiras décadas do século XX. Obviamente esta não era a intenção dos jornalistas que denunciavam freqüentemente as práticas religiosas de matriz africana, em matérias como a do

jornal “A Tarde” 27 de abril de 1921, que diz: “Sob a capa de cultos estranhos, aliciando devotos entre gente simplória fácil de arrastar e explorar, muito crime se comete por ahi, attentando a moral e muito descaminho.”

Os terreiros de candomblé eram constantemente denominados antros e sempre que possível os jornalistas entravam nas casas tentando informar aos leitores o que ocorria naquelas residências. Mas, geralmente, as referências eram vagas e cercadas de mistério. Em 29 de maio de 1923, um jornalista do “A Tarde” informou que: “Nesses antros de feitiçaria, dispersos pela cidade, ocorre, scenas monstruosas, impressionantes, não raro victimando os imprudentes que se prestam a bruxarias”. Quando as matérias descreviam com detalhes os cultos afro-brasileiros a atmosfera do segredo não diminuía, como indica o trecho da reportagem seguinte publicada no mesmo periódico em 22 de março de 1929:

Eram quasi 24 horas quando o tenente Vergne, policiador da 2ª delegacia auxiliar, seguido de agentes, chegou ao ponto referido. De dentro de uma casinha, escondida entre matos, ouvia-se o som de uma musica estranha e dissonante. Era o terreiro do “pae Quinquim”. (sic)

Os exemplos são inúmeros, uma vez que diversas matérias utilizaram a dimensão do segredo como aspecto negativo ao tratar das religiões de matriz africana. O que leva a inferir que entre os leitores havia uma grande curiosidade sobre o que ocorria dentro dos terreiros, caso contrário a imprensa não investiria tanto neste recurso.

A princípio poderia supor que tal tratamento dado às práticas religiosas de matriz africana afetava os seus adeptos e acirrava os conflitos em que esses indivíduos se viam envolvidos por conta de sua crença. Talvez. O temor pode ter servido como motivação para denúncias na Delegacia de Jogos e Costumes, funcionando como um aspecto complicador nesse contexto da repressão policial. Mas, também é possível fazer uma outra interpretação acerca dos mistérios que os jornalistas tanto reiteravam.

O aspecto misterioso que parecia rondar as práticas do povo-de-santo ajudou a criar em torno das religiões de matriz africana um aspecto de medo, mas também de respeito, sabiamente utilizado pelos adeptos. O segredo que envolvia o candomblé perpassava as práticas religiosas dentro da própria comunidade. Os filhos-de-santo, principalmente os iniciados com menos de sete anos, chamados de iaô, tinham pouco domínio sobre os saberes litúrgicos, o que ia sendo aprendido lentamente nos terreiros predominantemente através da oralidade, de maneira a-sistemática e a depender do tempo de iniciação.

Nesse sentido, os jornais, tentando combater ferozmente as religiões afro-brasileiras acabaram se tornando grandes aliados. As referências aos locais de cultos são exemplares, desse tratamento. Ao se referir a um candomblé na Mata Escura o repórter afirmou em maio de 1920: “Lá, de facto, deparou-se-lhe uma habitação de aspecto misterioso, apesar das bandeirolas de papel de seda que a enfeitavam”(sic). Na mesma reportagem é importante atentar para a restrição de estranhos a alguns espaços da casa, o jornalista continua: “A autoridade dirigiu-se a um dos quartos. Quizeram vedar-lhe a entrada. Ali só podiam penetrar os associados ou os componentes da seita, após os salamaleques do estylo, rezas e quejandas exquisitices de feitiçaria.” (sic)

Em Salvador algumas reportagens apontam o medo que as autoridades tinham do feitiço. No jornal “A Tarde” de 13 de maio de 1924 consta o relato da prisão de José Paulo, apanhado em flagrante quando ia arriar um ebó² na porta de outro, à Baixa dos Sapateiros. José Paulo foi conduzido à delegacia levando um embrulho que continha: “um gallo morto, com uma farofa de azeite de dendê e outras porcarias, tudo dentro de um alguidar de barro”, segundo o repórter a autoridade presente, provavelmente um delegado, “meio receioso mandou o policial jogar o embrulho no mar”.(sic)

O trecho da matéria reproduzida acima demonstra diferentes dimensões das relações entre autoridades policiais e o candomblé, já que colocar um embrulho com aquele conteúdo não poderia ter gerado uma prisão a menos que houvesse a suspeição de que aquilo poderia provocar algum malefício. Por outro lado, o ato de “mandar jogar o embrulho no mar” demonstra que; o delegado designa um policial que lhe era inferior na hierarquia e dificilmente poderia se recusar a cumprir tal ordem, mesmo que também estivesse receoso como o delegado. É preciso atentar também para o significado do local determinado para se desfazer do feitiço, não era no lixo da delegacia ou qualquer outro. Entregar as águas parecia ser a forma mais segura de se desfazer daqueles poderosos ingredientes. E essa não foi a única reportagem que demonstrou que os policiais acreditavam nas religiões afro-brasileiras.

“Paira em tudo um mystério: o que a feiticeira jogou na cova”. Com este título estampado na capa foi veiculado o jornal “A tarde” de 16 de outubro de 1923. A matéria relatou que Rita de Castro (ou Ritta Maria da Conceição) foi presa em flagrante no cemitério da Quinta dos Lázarus, onde aguardou a chegada do caixão de João Guedes, no qual atirou um ramo de flores. Essa atitude chamou a atenção de um atento policial presente no local, que recolheu o buquê e encontrou “um pão aberto, untado de azeite de dendê, e dentro deste, uma

² “Ebó – Oferenda ou sacrifício animal, feito a qualquer orixá, no sentido primitivo. Algumas vezes as oferendas são colocadas ao ar livre, para os orixás que aí têm “assentamento”, como Iroko.” (CACCIATORE, 1977, p.109.)

moeda de 40 réis e um pedaço de papel onde se lia, com má orthographia a lápis: -Alzira”. Rita foi presa e fotografada criminalmente. Diante disso, cabe questionar: Que crime cometeu? Ao que indica a reportagem sua prisão foi justificada pela polícia diante do mal que através daquele ato ela poderia ter feito ao defunto João Guedes, ou pelo que pretendia fazer a Alzira. Mas uma certeza havia: seu ato causaria ou teria causado algum mal. O que revela, mais uma vez, a crença daquelas autoridades policiais no candomblé.

Diante disso, é possível perceber a complexa teia em que estiveram imiscuídos mães, pais e filhos-de-santo, envolvidos em uma atmosfera misteriosa através da qual conquistaram respeito, clientes e adeptos mesmo que em alguns casos fosse em decorrência do medo. Tratava-se de uma situação que não foi planejada sistematicamente pelos adeptos do candomblé, mas ainda assim eles conseguiram reverter a seu favor. Questões que me muito contribuem para uma leitura da forma como o povo-de-santo praticou as ruas, becos, ladeiras e encruzilhadas de Salvador

Referências Bibliográficas

- AMADO, Jorge. **Bahia de Todos os Santos**. Guia das ruas e dos mistérios da cidade do Salvador. 16ª ed. Martins: São Paulo, 1966.
- BRAGA, Julio. **Na Gamela do Feitiço**: Repressão e Resistência nos Candomblés da Bahia. Salvador: CEAO / EDUFBA, 1995.
- CACCIATORE, Olga Gudelle. **Dicionário de Cultos Afro-Brasileiros**. Editora Forense Universitária / SEEC: Rio de Janeiro: 1977.
- CASTRO, Yeda Pessoa de. **Falares Africanos na Bahia**. Um vocabulário afro-brasileiro. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.
- CERTAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**. 1. Artes de Fazer. Tradução: Ephraim Ferreira Alves. 9ª ed. Petrópolis: Vozes, 2003.
- CRUZ, Alessandra. **O Samba na Roda**. Samba e cultura popular em Salvador 1937-1954. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2006.
- FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. **Salvador das Mulheres**: Condição feminina e cotidiano popular na Belle Époque imperfeita. Dissertação de Mestrado em História. Salvador: 1994.
- LEITE, Rinaldo Cezar N. **E a Bahia Civiliza-se**: Idéias de Civilização e Cenas de Anti-Civilidade em um Contexto de Remodelação Urbana. (1912-1916) Dissertação de Mestrado em História: UFBA, Salvador, 1996.
- Lima, Vivaldo da Costa. **A Família-de-Santo nos candomblés jeje-nagôs da Bahia**: um estudo de relações intragrupais Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador: Universidade Federal da Bahia: 1977.
- MAGGIE, Yvonne. **Medo do Feitiço**: Relações entre magia e poder no Brasil. Rio de Janeiro. Tese de Doutorado em Antropologia Social, Museu Nacional / UFRJ, 1988.

PARÉS, Luís Nicolau. **A Formação do Candomblé**: História e Ritual da Nação Jeje na Bahia. Campinas: Unicamp, 2006.

QUERINO, Manuel. **Costumes Africanos no Brasil**. 2ª ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1988.

REIS, João José. “*Nas Malhas do Poder Escravista: a invasão do Candomblé do Accú*” In: REIS, João J. e SILVA, Eduardo. **Negociação e Conflito**. A Resistência Negra no Brasil Escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

REIS, João José. *De Olho no Canto: trabalho de rua na Bahia na véspera da Abolição* In: **Afro-Ásia**, Salvador, n. 24, 2000.

REIS, Meire Lúcia A. dos. **A Cor da Notícia**: Discurso sobre o negro na imprensa baiana. (1888-193.) Dissertação de Mestrado em História: UFBA, Salvador, 2000.

VERGER, Pierre. *Fluxo e Refluxo*. Do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos. Dos séculos XVII a XIX. Tradução: Tasso Gadzanis. São Paulo: Corrupio, 1987.